

Um precioso fruto político pode ser colhido pela nação brasileira, no próximo dia 26, em Brasília. Trata-se de um amplo e benfazejo entendimento pelo qual os estados, atualmente atolados em enormes passivos financeiros, conseguirão rolar suas dívidas — cujo montante total está na casa de US\$ 60 bilhões — e o governo federal realizará as reformas indispensáveis para fazer surgir alguma luz no final do túnel do nosso crônico déficit público.

A idéia é engenhosa e suas sementes foram lançadas em solo fértil por ocasião da comemoração do 42º aniversário do presidente Fernando Collor, quando 26 dos 27 governadores estaduais compareceram para cumprimentá-lo e trocar manifestações de boa vontade, em atitude oportunamente enaltecida por este jornal.

Assiste-se, portanto, a um desdobramento formal daquela cena festiva. Novamente os mesmos chefes políticos estarão reunidos em Brasília, agora com a finalidade de firmar um acordo realmente positivo e eficaz para todos os seus partícipes e, sobretudo, para o povo, cujos destinos lhes cabe conduzir.

De um lado, os governos estaduais pode-

Os bons frutos do entendimento

rão livrar-se de um problema realmente insuperável, que lhes atormenta o presente e obscurece o futuro.

Para praticamente todos os estados as dívidas vencidas são impagáveis e não há nenhuma esperança realista de saldar as que estão para vencer.

Há exceções, mas são situações verdadeiramente isoladas: para pelo menos 23 erários estaduais a atual conjuntura é desesperadora.

A rolagem da dívida significa sobretudo a oportunidade de realizar e programar investimentos, de dar um sentido construtivo à gestão de cada um. Tanto mais quando se sabe que a reprogramação estudada se estende ao longo de até vinte anos e prevê dois anos de carência, precisamente no trecho mais decisivo do mandato dos atuais governantes.

O governo federal, de sua parte, sairá do impasse em que se encontra, por divisar inenarrável no horizonte o perfil de um déficit crescente e estar impossibilitado de combatê-

lo, pelas injunções contidas na própria Constituição.

A negociação será justamente esta: o equacionamento da questão das dívidas estaduais em troca do apoio dos governadores, por meio de sua influência sobre as suas bancadas federais e os seus partidos, em favor das alterações constitucionais essenciais ao apropriado manejo do orçamento federal.

Poderá parecer a algum desavisado que estamos diante de uma reles troca de favores. Isso, porém, não ocorre, por várias razões. Primeiro, porque os apoios trocados colaboram em favor dos superiores interesses nacionais, ao permitir governos mais prósperos e contas mais saudáveis. Depois, porque o acordo projetado envolve dirigentes de vários partidos políticos, inclusive da oposição, e se faz às claras, em torno de objetivos confessados e expostos à luz do dia — como o são as reformas pretendidas, entre as quais sobreleva a de natureza fiscal.

Além de ser elogiável em si, a negociação

contribui para a experiência política brasileira de uma forma singularmente benéfica e proveitosa. Representa uma ocasião concreta em que homens públicos de posições divergentes demonstram a capacidade de se unir para resolver problemas que afetam o conjunto da população, e que cada um, de per si, não seria capaz de solucionar, em hipótese alguma.

O precedente abre importantes vertentes futuras. Há a proposta de que os governadores se apoiem, mutuamente, em favor de alterações que removam dispositivos nefastos das suas respectivas constituições estaduais.

Por essa fórmula o governador de um estado convenceria a bancada estadual do seu partido, em outro estado, a apoiar as reformas ali necessárias, em troca de ação recíproca do governador beneficiado.

Como se vê, muitos serão os benefícios que a negociação política — essa nobre e difícil arte do possível — poderá trazer para a solução dos graves problemas de nossas finanças públicas. Fazemos votos para que o elevado nível das atuais tratativas não ceda ao peso de interesses mesquinhos nem das críticas destrutivas de sempre.